

A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas

*Neuler André Soares de Almeida¹
José Júlio César do Nascimento Araújo²
Francisco Mendes Rodrigues³*

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da política de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas formulada a partir do Programa Governamental intitulado Zona Franca Verde (ZFV). Esse Programa justifica-se, sobretudo, em função da crescente demanda do interior por alternativas de desenvolvimento que se rivalizem às oferecidas pelo Pólo Industrial de Manaus (PIM). Ocorre que neste modelo de desenvolvimento vieram problemas das mais diversas esferas que permeiam as áreas social, educacional, cultural e econômica, onde não há disponibilidade de recursos por parte do poder público a fim de atendê-los plenamente. A metodologia utilizada fez uso de fontes bibliográficas e dos relatórios de governo e de institutos de pesquisa, cruzando-os com base teórica. O estudo partiu da hipótese de que o crescimento econômico com sustentabilidade deu-se a partir da distribuição espacial dos centros produtivos e industriais com base na Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller. Os resultados são apresentados por meio de gráficos e tabelas, e comprovam que o desenvolvimento está ocorrendo em maior proporção nos municípios mais próximos de Manaus, lugar central do qual partem as análises.

Palavras-chave: Amazonas, Desenvolvimento, Lugares Centrais, Zona Franca Verde.

INTRODUÇÃO

¹ Neuler André Soares de Almeida - Economista formado pela **Universidade Federal do Amazonas (FES/UFAM)**. E-mail neuler_andre@yahoo.com.br.

² José Júlio César do Nascimento Araújo - Mestrando em Desenvolvimento Regional na **Universidade Federal do Acre**, professor da rede pública de ensino do Acre e do Amazonas, especialista em Gestão de Políticas Públicas, autor do livro **O Homem Falando no Escuro** (UEA - SEC, 2003) e **Simbolismo e Imaginário: um olhar sobre a cultura no Vale do Juruá** (Valer, 2007). E-mail amadeus13julio@gmail.com

³ Francisco Mendes Rodrigues - Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Professor de Microeconomia pelo Departamento de Economia e Análise e Diretor e Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail fmrodrigues@ufam.edu.br.

A partir do final da década de 60, é criada a Zona Franca de Manaus que objetivava desenvolver economicamente o Estado do Amazonas a partir do fortalecimento do comércio, da implantação de um parque Industrial e de elevação da eficiência técnica e econômica das atividades associadas ao setor primário. No entanto as políticas do setor primário mostraram-se ineficazes e, ao contrário do esperado, constatou-se um esvaziamento do interior do Estado, grande queda na produção estratégica de alimentos e crescente processo migratório para a capital, induzindo ao surgimento de favelas no município de Manaus com o aparecimento de bolsões de miséria.

Diante desse problema o Governo do Estado do Amazonas, em 1998, criou um programa de desenvolvimento voltado para o interior, denominado Terceiro Ciclo (alusão aos dois primeiros ciclos o da Borracha e o da Zona Franca de Manaus). Segundo Nina (1999), este programa tinha como meta desenvolver o setor primário, através de apoio financeiro à atividade agrícola, dotando o interior de infraestrutura. Entretanto, os resultados alcançados por esse programa não corresponderam às expectativas e o interior continuou sua fase de estagnação.

Diante desse quadro nasceu o Programa Zona Franca Verde, que é a proposta do Governo do Estado do Amazonas para melhorar a qualidade de vida do povo do interior, por meio do uso sustentável de nossas florestas, rios, lagos, igarapés, várzeas e campos naturais e do permanente cuidado com a conservação de nosso patrimônio natural. Através desse programa está sendo implantada uma nova visão de desenvolvimento para o Estado do Amazonas a partir da sustentabilidade ambiental cujas metas são o incentivo à produção florestal, agrícola, pesqueira e à horticultura de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável.

As ações inerentes a esse programa visam, dessa forma atender aos anseios das comunidades rurais em busca de uma saída econômica para os produtos do setor primário, como a extração vegetal e os produtos agrícolas. No entanto, é difícil, no curto prazo, consolidar programas autossustentáveis como o Programa Zona Franca Verde.

O presente trabalho apresentará um estudo detalhado dos indicadores de econômicos proporcionados pelo Programa Zona Franca Verde a partir da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, que identificou o núcleo urbano de Manaus como o lugar central que polariza todos os fluxos de investimento, capital e mão-de-obra. Dessa forma, desenhou-se no mapa geográfico do Estado do Amazonas um modelo de três anéis, escolhendo assim um município localizado geograficamente em cada um desses anéis, sendo que os municípios escolhidos Manacapuru, Tefé e Tabatinga por apresentarem aspectos geográficos, econômicos e sociais diferentes umas das outras.

Existe a necessidade de desenvolver os municípios do interior sem causar prejuízos ao meio ambiente. Nossa análise parte do questionamento: os resultados obtidos com a implantação do Programa Zona Franca Verde têm gerado iniciativas

de desenvolvimento sustentável ou apenas crescimento econômico? Responder essa e outras perguntas é o propósito deste artigo, que estudou com profundidade esse programa governamental à luz da Teoria dos Lugares Centrais, tomando como base de estudo os municípios de Manacapuru, Tefé e Tabatinga no interior do Estado do Amazonas.

A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS: REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS

Como qualquer outra Ciência, a Economia preocupa-se com a previsão e a explicação de fenômenos. Segundo Albuquerque e Nicol (1987), desde o princípio a Economia tem-se preocupado com a relação entre agricultura e desenvolvimento. As atividades econômicas em qualquer região são tradicionalmente, agregadas em setor primário, setor secundário e setor terciário. O setor primário engloba as atividades produtoras *in natura* ou pouco processados, que utilizam em grande quantidade os fatores terra e trabalho. Nesse setor encontram-se, originalmente, a agropecuária e a mineração.

Na etapa de desenvolvimento em que se encontra o Estado do Amazonas é de grande importância que o setor primário se desenvolva, gerando alimentos, suficiente para uma crescente demanda, em maior parte atendida por produtos de outras regiões, e maior mercado para os produtos e serviços oriundos dos demais setores da economia. A expansão da cadeia produtiva consiste em retirar uma parcela da renda corrente e transformá-la em capital reprodutível. Tem-se aí a medida do esforço que realiza a economia para crescer.

No entanto o processo de crescimento econômico e suas etapas diferem de um local para outro, obtendo um grau maior ou menor de crescimento a partir da localização geográfica ou da distância dos grandes centros consumidores. Foi baseado nessas observações que surgiram muitos trabalhos de cunho científico, voltados para a problemática do desenvolvimento e do crescimento econômico regional, concentrando-se basicamente no esforço de compreender como se distribuíam as atividades econômicas no espaço geográfico. Destacam-se os trabalhos de Von Thünen, Alfred Weber e Lösch que abordam o desenvolvimento regional e a distribuição espacial do crescimento econômico tomando como referência as grandes distâncias geográficas, a interdependência dos municípios produtores aos centros consumidores e o custo do transporte dos insumos primários e a aquisição de bens de capital.

Na década de 30 do século XX, surgiu o trabalho de Walter Christaller. Segundo Clemente (2000), partia da hipótese de que os lugares econômicos seguiam uma lógica hierárquica de acordo com uma rede de interdependência que tenderia de forma natural a centralização.

No que tange a essa centralização sabemos que os lugares centrais (grandes núcleos urbanos) são visto pela ótica econômica como fornecedores de bens e

serviços, tanto para si mesmos como para lugares de menor centralidade (municípios mais distantes economicamente). A centralização da oferta de bens e serviços não pode ser explicada apenas por fatores geográficos, como constatou Walter Christaller, pois como ele mesmo afirma o centro geográfico freqüentemente não é um lugar central. Dessa forma, o conceito de distância geográfica deve ser substituído pelo de distância econômica, que leva em conta o custo de frete e seguro, embalagem, armazenamento e tempo necessário que leva a mercadoria até chegar ao local de destino.

Na década de 70 destacam-se as contribuições de Milton Santos com a sistematização do conceito de "dois circuitos"⁴ da economia e das suas projeções espaciais. O autor conclui que o desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho que suscita a expansão da circulação de mercadorias.

Este trabalho preocupa-se em repensar a Teoria dos Lugares Centrais e reaplicá-las para entender o atual estágio de desenvolvimento no Amazonas. Essa preocupação se deu por percebermos que sete anos após a implantação do Programa Zona Franca Verde, como modelo de desenvolvimento das cadeias produtivas: pesca, agricultura, extrativismo, manejo florestal e exploração de recursos naturais (gás natural) e minérios, o crescimento não chegou à maioria dos municípios nos padrões esperados.

METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DE ELEMENTOS PARA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA

Analisando o caso do desenvolvimento do Amazonas, pela teoria supracitada, propomos como na Figura 1 uma análise dos três anéis, cujo lugar central é o núcleo urbano de Manaus que concentrou todas as indústrias de bens e serviços, obtendo assim elevada escala de produção pelo lado da oferta em relação aos demais municípios do Estado do Amazonas e também por apresentar grande contingente populacional com elevados níveis de renda e consumo pelo lado da demanda.

⁴ Milton Santos na obra *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979, repensa a teoria das localidades centrais e a insere na nova geografia.

Figura 1. Modelo de três anéis baseado na Teoria dos Lugares Centrais



Fonte: Modelo proposto pelos autores

Segundo Clemente (2000), a centralização de um determinado produto e sua respectiva área de mercado dependem tanto dos consumidores quanto dos ofertantes. Se dois produtos apresentassem o mesmo padrão de economias de escala, o de maior preço apresentaria área de mercado maior e, se seus preços fossem iguais, o que apresentasse economias de escala mais acentuadas apresentaria área de mercado maior. No primeiro caso fica evidente que a área de mercado é definida pelo custo do produto em relação à distância econômica (custo de acesso) e no segundo caso a área de mercado é definida pelas economias de escala que favorecem a concentração da oferta.

Para tornar mais dinâmica nossa análise tornou-se imprescindível o uso do instrumental matemático baseado em um modelo que complementa a Teoria dos Lugares Centrais, concedendo-nos, dessa forma, um maior suporte teórico para melhor compreensão dos fatos inerentes ao desempenho do programa Zona Franca Verde a partir da perspectiva de crescimento sustentável nos municípios de Manacapuru, Tefé e Tabatinga. Usamos o *Software SPSS versão 11.5* no trabalho com os dados e nos cruzamentos das informações.

De acordo com o modelo, proposto pela Teoria dos Lugares Centrais, o lugar central é um centro de mercado, uma região agrícola homogênea e isótropa, isso é a que apresenta as mesmas propriedades independentemente da direção. Dessa forma, Christaller procura então explicar o padrão de distribuição das atividades agrícolas dentro de uma determinada região. Seja P o preço de um produto no centro de mercado (preço CIF), e C seu custo de produção, T o custo do transporte por unidade do produto, e por unidade de distância, e D a distância ao centro de mercado. Dessa forma, a expressão matemática que define o rendimento líquido do empresário agrícola (R) é dada por: $R = (P - C) - T \cdot D$. Assim a expressão matemática $[R = (P - C) - T \cdot D]$ deduz que o custo de produção e o custo de transporte do produto agrícola e deduzido do preço final obtido na venda do produto no mercado. Uma vez que o preço no mercado é considerado fixo e que a região agrícola é supostamente homogênea e isótropa, P, C e T são constantes para cada produto. Dessa forma, R resulta ser função apenas de D para cada produto conforme podemos ver na expressão matemática $R = f(D)$.

Essa expressão matemática, como podemos facilmente perceber, é linear, com intercepto igual a (P-C), que corresponde ao rendimento líquido que seria obtido por um produtor localizado no mercado, e com inclinação igual a (- T). A intersecção com o eixo horizontal também facilmente obtida como sendo igual a: $[(P - C) / T]$ o que corresponde à distância na qual o custo de transporte absorveria todo o lucro bruto da produção (R = 0). Se não houvesse concorrência para ocupação do solo, qualquer das culturas ocuparia todo o espaço desde o centro de mercado até a distância em que o custo de transporte esgota o lucro bruto da produção (intersecção com o eixo horizontal). Isso, no entanto, não ocorre, pois a partir da distância, o rendimento líquido auferido com o cultivo do produto é superior a qualquer outro.

Agora chegamos a uma dúvida que precisa ser elucidada. Em que diferem as culturas que se localizam nos anéis mais próximos do mercado das que se localizam mais afastadas? As culturas que ocupam os anéis mais próximos apresentam, necessariamente, maior lucro bruto de produção por unidade de terra ocupada, podendo dessa forma ser consideradas culturas nobres (teoria ricardiana). Entretanto o custo de transporte relativamente alto faz com que a distância represente uma diminuição significativa do rendimento líquido à medida que áreas mais afastadas são ocupadas. Isso acarreta de forma vantajosa a substituição por outras culturas a partir de certo limite. Por outro lado, as culturas que se localizam nos anéis mais afastados apresentam menor rendimento bruto por unidade de terra; entretanto compete com base em seu baixo custo de transporte, o que lhes possibilita atingir o mercado.

Quando trazemos esse modelo para realidade econômica do Estado do Amazonas fica evidente que a grande distância geográfica e econômica, bem como as dificuldades logísticas de escoamento da produção agrícola do interior para a capital, e o custo elevado do transporte desta carga, aliado à grande cadeia de interação (atravessadores), torna os municípios mais distantes menos

produtivos e menos desenvolvidos do que os localizados geograficamente mais próximos do mercado consumidor. Isso irá se tornar mais evidente quando analisarmos os indicadores sociais e econômicos. Clemente (2000) admite que obstáculos naturais e diferenças de fertilidade do solo e de condições de acesso alteram o padrão teórico de anéis. No entanto, a ideia central do modelo permanece.

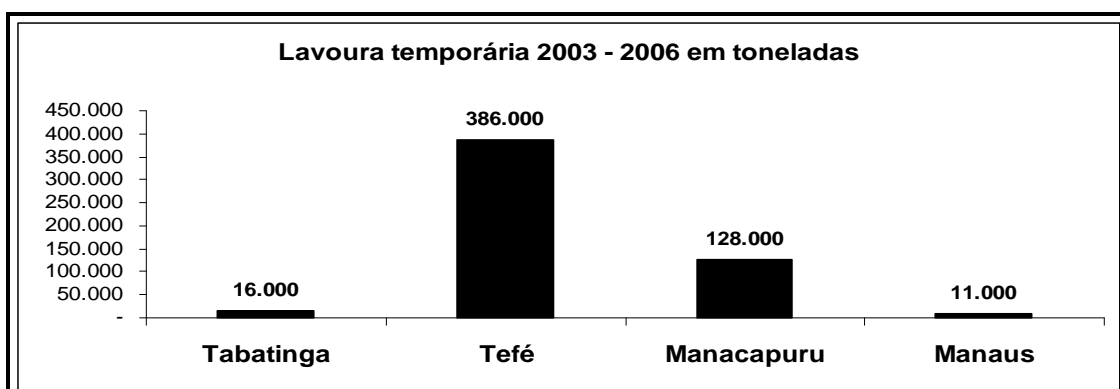
A ANÁLISE DOS DADOS

Com base na Teoria dos Lugares Centrais identificou-se o núcleo urbano de Manaus como o lugar central onde se concentra o maior contingente populacional com elevado nível de renda pela ótica da demanda e maior nível de produção de bens e serviços pela ótica da oferta. Após constatar ser esse o local que apresenta as características básicas necessárias para influenciar o crescimento econômico dos demais municípios, escolhemos esse local como modelo para análise dos indicadores de crescimento proporcionados pelo Programa Zona Franca Verde, sempre levando em consideração a localização econômica e geográfica de cada município dentro da hierarquia de três anéis. Dessa forma, com base na fundamentação teórica e através dos dados apresentados, foram estudados os diferentes graus de desenvolvimento e crescimento econômico proporcionado por este programa.

DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA

Conforme os dados obtidos junto ao IBGE (2007), a produção agrícola municipal dos três municípios selecionados, mais o local central (Manaus), apresentou os respectivos resultados na produção total de 2003 a 2006 de dez itens selecionados da lavoura temporária. Vejamos o Gráfico 1.

Gráfico 1. Desempenho agrícola municipal (lavoura temporária) dos municípios selecionados.

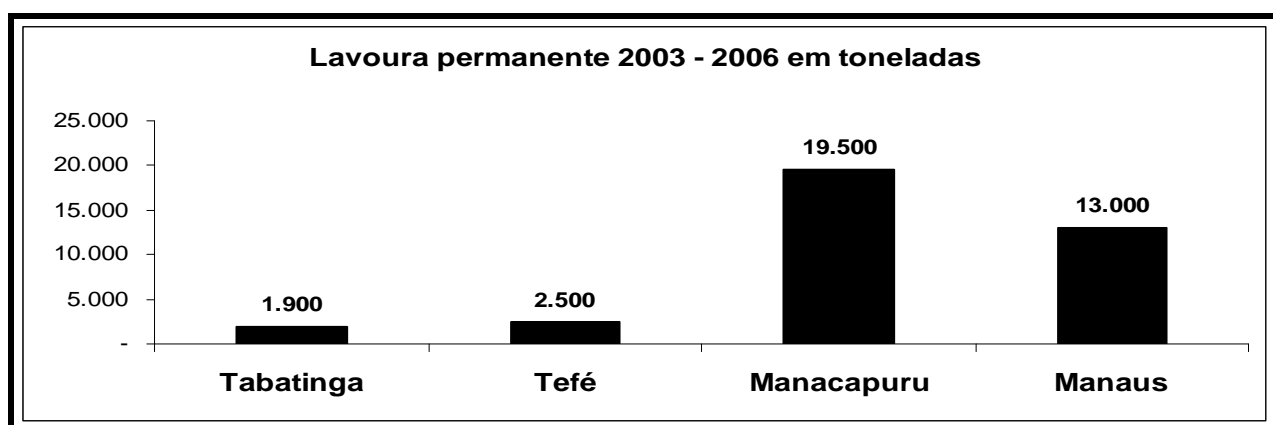


Fonte: IBGE / SIDRA.

De acordo com o Gráfico 1, o município de Tefé obteve o melhor desempenho de 2003 a 2006 na produção agrícola da lavoura temporária, alcançando nos quatro anos de implantação do Programa Zona Franca Verde a produção de 386.000 toneladas. Esse dado é muito interessante para a pesquisa, pois o município de Tefé encontra-se no segundo anel do nível hierárquico de influência do lugar central, no contexto de desenvolvimento do Programa Zona Franca Verde.

Agora analisando os dados apresentados pelo Gráfico 2, constatamos o melhor desempenho do município de Manacapuru, que se encontra no primeiro anel do nível hierárquico de influência do lugar central na produção de bens agrícolas da lavoura permanente. No acumulado dos quatro anos alcançou a produção de 19.500 toneladas, superando Tefé que obteve um bom resultado na lavoura temporária.

Gráfico 2. Desempenho agrícola municipal (lavoura permanente) dos municípios selecionados



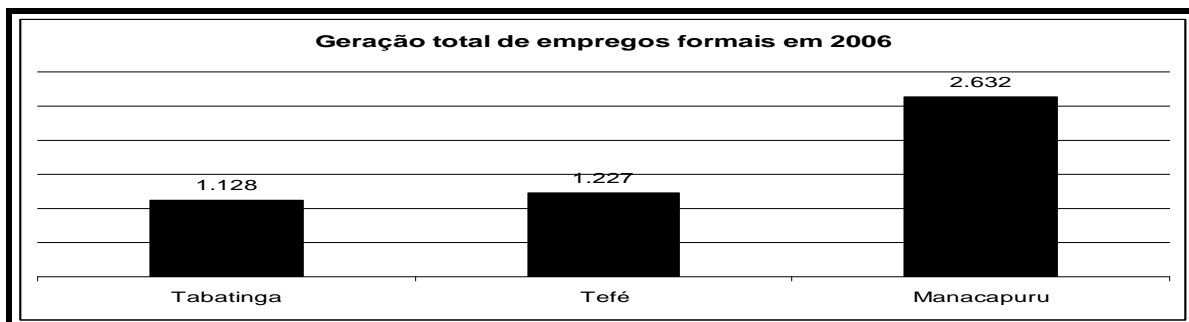
Fonte: IBGE / SIDRA.

Destaque para a baixa produção agrícola de Tabatinga que apresentou níveis de produção abaixo dos municípios de Tefé e Manacapuru, posicionando-se no terceiro anel, o mais distante do nível hierárquico.

GERAÇÃO DE EMPREGO NO ANO BASE DE 2006

Segundo os dados disponíveis no Sistema Nacional de Emprego – SINE, ano base de 2006, é apresentado no Gráfico 3 os resultados na geração de empregos formais, no conjunto total das atividades econômicas: Extração Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária.

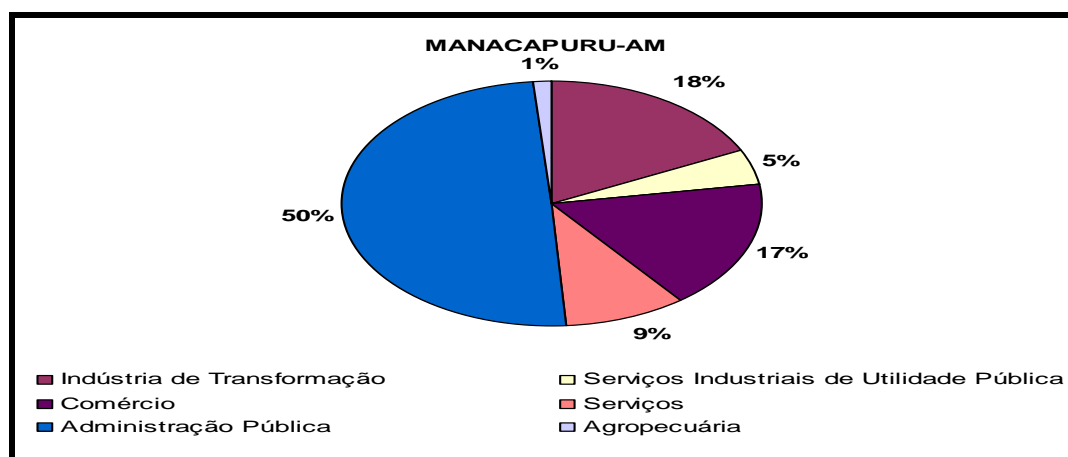
Gráfico 3. Emprego formal em 2006.



Fonte: RAIS/2006 - MTE

Na análise do Gráfico 3, o município de Manacapuru de longe obteve o melhor desempenho, alcançando 2.632 empregos em 2006. Tefé obteve 1.227 empregos, 99 a mais que Tabatinga. Agora analisaremos por meio de gráficos em *pizza* a composição das atividades em cada um dos três municípios selecionados, identificando assim, qual atividade econômica mais gerou emprego em 2006. Vejamos o gráfico:

Gráfico 4. Composição do emprego formal em Manacapuru/2006

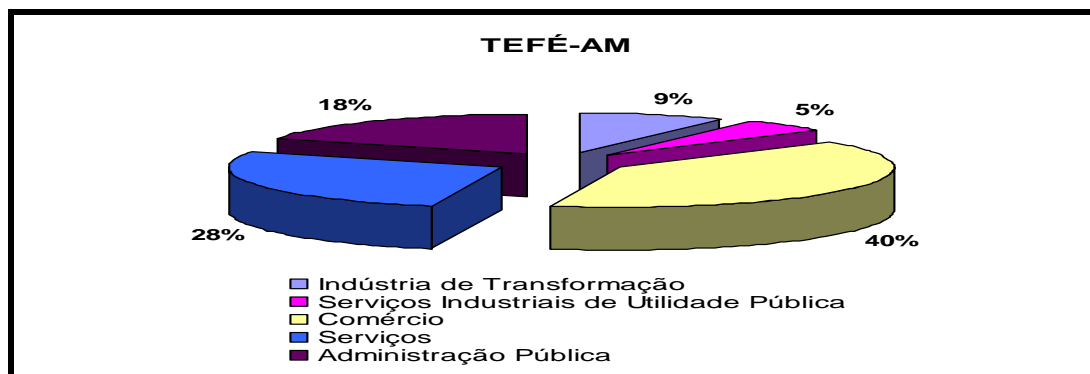


Fonte: RAIS/2006 - MTE

De acordo com os dados da RAIS 2006, o número de trabalhadores em Manacapuru, entre 16 e 24 anos totalizaram 450 jovens: 243 homens e 207 mulheres. A indústria extrativa mineral não empregou ninguém em 2006, a construção civil se destacou como a que menos empregou totalizando 3 pessoas no geral. Entretanto, a Administração Pública liderou o ranking, segundo o Gráfico 4, com o percentual de 50% do total de empregos gerados em 2006, seguida pela

indústria de transformação com 18% e o comércio com 17%. Agora, analisaremos o município de Tefé.

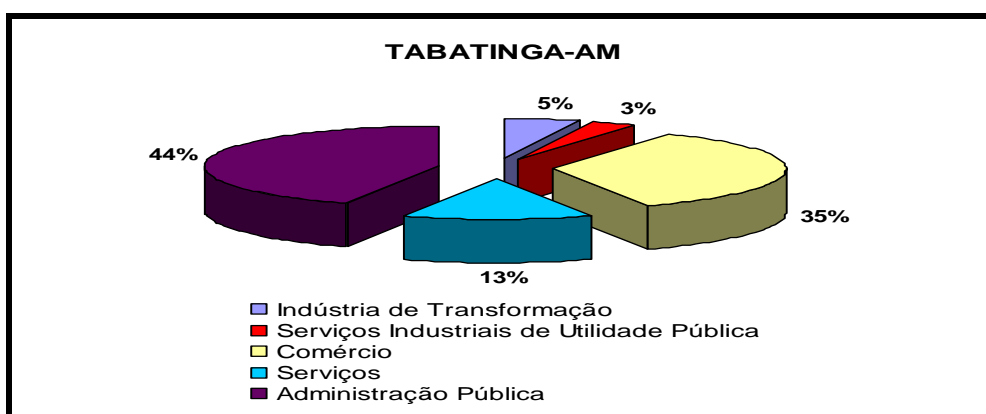
Gráfico 5. Composição do emprego formal em Tefé/2006



Fonte: RAIS/2006 - MTE

Conforme o Gráfico 5, o comércio respondeu por 40% do total de empregos gerados em 2006 seguido pelos serviços 28% e pela administração pública 18%. Não foram computados os valores da indústria extrativa mineral e nem a construção civil e agropecuária por terem apresentado níveis muito baixos na geração de empregos. Agora, analisaremos o município de Tabatinga que se encontra no terceiro anel, o mais distante dentro da hierarquia de lugares. Na análise do Gráfico 6, evidenciamos a administração pública com 44% como a maior geradora de emprego no município, seguida pelo comércio com 35% e pelos serviços 13%.

Gráfico 6. Composição do emprego formal em Tabatinga/2006



Fonte: RAIS/2006 - MTE

O programa Zona Franca Verde no estado como um todo tem mantido os empregos, pois tem incentivado de maneira considerável as cadeias produtivas. Como podemos verificar no gráfico a seguir, houve um aumento na perspectiva de

empregos, mas como são ações paliativas não é possível garantir a permanência desses a longo prazo.

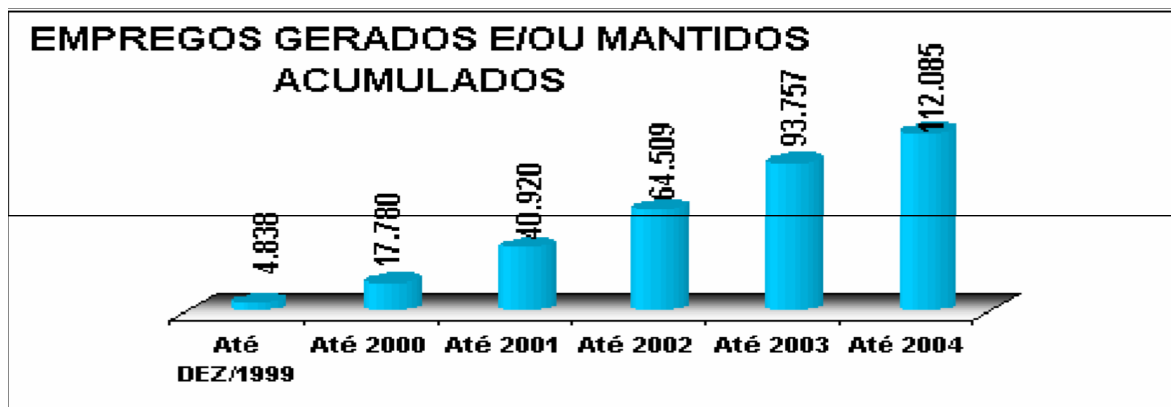


Gráfico 7. Evolução do número de empregos gerados ou mantidos de 1999 a 2004.

Fonte: AFEAM/GETEC – Planejamento

A linha da pobreza pela ótica da renda

Para estimar a linha da pobreza pela ótica da renda nos municípios pesquisados, utilizou-se do PIB *per capita* dos municípios de Manacapuru, Tefé e Tabatinga e o PIB *per capita* do lugar central Manaus para efeito de comparação. Utilizou-se para cálculo da linha de pobreza, o sugerido no Relatório de Desenvolvimento Humano, que considera para a América Latina um valor menor ou igual a US\$ 2,00 norte-americanos *per capita*⁵.

Tabela 1. Linha da pobreza ano base 2003

<i>RANKING</i>	MUNICÍPIO	PIB <i>PER CAPITA</i>	LINHA DE POBREZA
2	Manaus	14.738,30	6,65
28	Manacapuru	2.249,16	1,01
51	Tefé	1.801,48	0,81
25	Tabatinga	2.358,71	1,06

Fonte: DEPI - SEPLAN.

⁵ Outro parâmetro externo utilizado foi o dólar comercial médio anual para efeito de conversão da moeda. O valor médio de um dólar comercial em reais para o período foi de R\$ 3,08 para 2003 e R\$ 2,93 para 2004.

De acordo com os dados apresentados por Freitas (2004), que utilizou como método de pesquisa o PIB *per capita* municipal do Estado do Amazonas; dividiu o PIB anual *per capita* municipal pelo número de meses do ano, dividindo-o, em seguida por 30 dias, encontra-se, teoricamente, a renda média diária. Conforme os dados apresentados na Tabela 1, Manaus encontra-se em 2003 em 2º lugar no ranking dos 62 municípios do Estado do Amazonas, ficando no ano de 2003 o município de Coari ficou em 1º lugar, devido aos grandes investimentos feitos pela Petrobrás em decorrência do gasoduto Coari-Manaus.

Como podemos evidenciar na Tabela 1, Tabatinga, que pertence ao anel mais distante do lugar central (Manaus), foi que apresentou melhor resultado ficando em 25ª lugar no *ranking* à frente de Manacapuru que ficou em 28ª lugar, e se encontra no primeiro anel; Tefé, por sua vez, ficou em último lugar na 51ª posição, e se encontra no anel intermediário. Os municípios pesquisados encontram-se, pois abaixo da linha da pobreza.

Quando apresentamos os dados de 2004 na Tabela 2 ocorre uma mudança, o município de Manacapuru toma a frente ficando em 22ª lugar no ranking; Tabatinga em 34ª e Tefé melhorou seu índice, ficando na 48ª posição.

Tabela 2. Linha da pobreza ano base 2004

<i>RANKING</i>	MUNICÍPIO	PIB <i>PER CAPITA</i>	LINHA DE POBREZA
2	Manaus	18.602,50	8,83
22	Manacapuru	2.823,08	1,34
48	Tefé	2.077,84	0,99
34	Tabatinga	2.422,14	1,15

Fonte: DEPI - SEPLAN.

Como foi dito anteriormente, o lugar central (Manaus) apresenta os melhores índices superando a linha da pobreza. É importante, no entanto, lembrar que o lugar central (Manaus) tem mais de 50% da população economicamente ativa.

CONCLUSÃO

O lugar central (Manaus) obteve os melhores indicadores, servindo de parâmetro para os outros três municípios selecionados que apresentaram os seguintes resultados: na agricultura o município de Tefé foi o melhor na produção de grãos (lavoura temporária) e Manacapuru na produção de frutas (lavoura permanente).

No indicador de empregos formais, no ano base de 2006, os resultados apontaram para Manacapuru como o município que mais empregou com carteira assinada e quando estudamos a composição percentual do número de empregos formais por município obtivemos um resultado interessante dos três municípios selecionados: apenas em Tefé o comércio foi o maior empregador, representando 40% do total de empregos gerados; já nos demais municípios o setor público foi o maior empregador. Quando analisamos a linha de pobreza dos municípios, obtivemos outro dado interessante: de 2003 a 2004 dos 62 municípios do Estado do Amazonas apenas Coari e Manaus estavam acima da linha de pobreza.

Portanto, apesar de o modelo teórico proposto possuir limitações empíricas pelo fato de ser muito abstrato, e por se basear em observações isoladas, pois sabemos que elementos geográficos como rios e montanhas bem como pequenos núcleos urbanos distorcem a realidade proposta pelo modelo baseado em anéis, a ideia central do modelo permaneceu. Sendo assim levantamos o pressuposto que a variável "distância geográfica" tem um elevado grau de influência nas iniciativas do Programa Zona Franca Verde, ao constatarmos que os municípios mais próximos do lugar central (Manaus) obtiveram um incremento maior nos indicadores sociais e econômicos em detrimento dos mais distantes.

The theory of central places and its applicability in the tax free green zone program in the state of Amazon

ABSTRACT

This paper presents a study of the policy of sustainable development of the State of Amazon formulated from the Governmental Program Green Zona Franca (ZFV). This program is justified by the increasing demand of the interior for development alternatives. In this model of development there are problems of the most diverse spheres in the social, educational, cultural and economic areas. The methodology made use of bibliographical sources and government reports, crossing them with theoretical base. The study used the hypothesis that economic growth with support took place given from the space distribution of the productive and industrial centers on. Graphics and tables present the results, proving that the development is occurring in higher proportion in the cities next to Manaus, central place from which analyzes depart.

Keywords: Amazon, Development, Tax Free Green Zone.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, J. H. Economia Rural e Desenvolvimento Reflexões sobre o Caso Brasileiro. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- ALBUQUERQUE, C. C. NICOL, R.. Economia Agrícola O Setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw, 1987.
- AMAZONAS. Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (ZFV). Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2002.
- _____. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul e Sudoeste do Estado do Amazonas: Programa Zona Franca Verde (ZFV). Grupo Permanente de Trabalho Intersecretarial para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2003.
- _____.Anuário Estatístico do Amazonas - 2006. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/downloads>. Acesso em: 23 de Maio de 2007.
- _____.Condensados de Informações Municipais.Disponível em:http://www.seplan.am.gov.br/Condensado_2006.pdf. Acesso em: 21 de Maio de 2007.
- BACHA, C.J. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.
- CLEMENTE, A., HIGACHI, H. Economia e Desenvolvimento Regional. São Paulo: ed. Atlas, 2000. 260p.
- FREITAS. F. A. Análise sobre a linha da pobreza pela ótica da renda dos municípios do Estado do Amazonas. Manaus: SEPLAM-AM. 2004. 9p.
- FURTADO, C. Pequena Introdução ao Desenvolvimento. 16. ed. São Paulo: Nacional, 2000.
- IBGE. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agricultura>. Acesso em 21 de Maio de 2007
- NINA, F. G. Terceiro Ciclo: Interiorização do Desenvolvimento. Monografia. Faculdade de Estudos Sociais – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Brasil, 1999. 113p.